Período de vigência — inicial de dois anos, prorrogável por um ano, no máximo de uma vez.

Condições de abandono progressivo da área — abandonar 50 %, em blocos compactos de área não inferior a 0,20 km², à escolha do titular, no termo do período inicial.

Trabalhos mínimos obrigatórios:

a) No período inicial:

1.º ano:

- 1) Compilação dos dados e estudo da documentação científica;
- 2) Prospecção:

2.1) Cartografia geológica — cartografia e reconhecimento geológico da área, à escala 1:10 000, com o objectivo de seleccionar e hierarquizar as potenciais áreas de prospecção e pesquisa detalhada.

2.2) Amostragem — colheita de amostras (explorações activas e lamas de lavaria) para posterior análise laboratorial (ensaio químicos, tecnológicos e mineralógicos).

3) Prospecção e pesquisa detalhada:

3.1) Cartografia geológica — cartografia geológica de detalhe, à escala 1:1000, das áreas seleccionadas e susceptíveis de constituírem depósitos minerais com interesse económico.

3.2) Abertura de sanjas ou poços de pesquisa e cartografia geológica de detalhe.

2.º ano:

3.3) Execução de sondagens mecânicas.

3.4) Amostragens — amostragens representativas de sanjas, poços e das eventuais sondagens que se venham a realizar.

3.5) Ensaio químicos, mineralógicos e tecnológicos:

3.5.1) Avaliação das penalizações em ferro e outros minerais.

3.5.2) Caulino — rendimento de lavagem, granulometria, grau de brancura, resistência mecânica, contracções, dilatações em cru e cozido e cores de cozedura.

4) Avaliação das reservas das áreas pesquisadas;

5) Estudo de pré-viabilidade económica.

b) Nas prorrogações — desenvolvimento do plano de trabalhos iniciado no primeiro período contratual.

Investimentos mínimos obrigatórios:

a) No período inicial:

1.º ano — 14 500 euros.

2.º ano — 30 000 euros.

b) Na prorrogação — 25 000 euros.

Encargos de prospecção e pesquisa — 1250 euros/ano.

Prazo da concessão de exploração — não superior a 15 anos, prorrogável por dois períodos que não ultrapassem 10 anos cada um.

Encargos de exploração — 3 % do valor do minério à boca da mina dos produtos mineiros ou concentrados expedidos ou utilizados.

29 de Agosto de 2006. — O Subdirector-Geral, *Carlos A. A. Caxaria*.
3000214948

Aviso

Faz-se público, nos termos e para efeitos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de Março, que MAEPA — Empreendimentos Mineiros e Participações, L.ª, requereu a atribuição de direitos de prospecção e pesquisa de depósitos minerais de ferro, cobre, chumbo, zinco, ouro e prata, numa área localizada nos concelhos de Arraiolos, Évora, Estremoz, Borba, Vila Viçosa e Redondo, delimitada pela poligonal, cujos vértices se indicam seguidamente, em coordenadas Hayford-Gauss, referidas ao ponto central:

Área total do pedido — 497,650 km²:

Vértice	Meridiana (m)	Perpendicular (m)
1	24000,0000	— 86000,0000
2	68450,0000	— 97211,0000
3	56040,0000	— 106000,0000

Vértice	Meridiana (m)	Perpendicular (m)
4	38000,0000	— 98500,0000
5	30000,0000	— 107000,0000
6	24000,0000	— 107000,0000

Convidam-se todos os interessados a apresentar reclamações, por escrito e devidamente fundamentadas, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso.

O pedido está patente, para consulta, dentro das horas de expediente, na Direcção de Serviços de Recursos Geológicos da Direcção-Geral de Geologia e Energia, no 5.º andar da Avenida de 5 de Outubro, 87, 1069-039 Lisboa, entidade para quem devem ser remetidas as reclamações.

29 de Agosto de 2006. — O Director de Serviços, *Vitor Duque*.
3000214946

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Direcção-Geral dos Transportes Terrestres
e Fluviais

Delegação de Transportes do Norte

Aviso n.º 1593/SEP

A Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais faz saber que a empresa Rodoviária D'Entre Douro e Minho, S. A., com sede na Praça da Estação Rodoviária, 4704-510 Braga, concelho de Braga, requereu a concessão de uma carreira de passageiros em regime regular entre Barcelos (central camionagem), concelho de Barcelos, distrito de Braga e Senhora da Hora (estação) (via A11 e A28), concelho de Matosinhos, distrito do Porto.

Nos termos do § 1.º do artigo 101.º do Regulamento de Transportes em Automóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 37 272, de 31 de Dezembro de 1948, todas as entidades interessadas podem manifestar-se sobre a concessão requerida, no prazo de 60 dias a contar da data da presente publicação, para o que podem consultar o respectivo processo na Delegação de Transportes do Norte, sita na Rua do Campo Alegre, 1459, 1.º, Porto.

22 de Maio de 2006. — O Director de Serviços, *António Pereira Machado*.
3000205998

Aviso n.º 1980/SEP

Por despacho de 6 de Junho de 2006 do subdirector-geral de Transportes Terrestres, exarado ao abrigo do Despacho n.º 3230/2005, 2.ª série, de 24 de Fevereiro de 2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 61, de 29 de Março de 2005, foi outorgada por dois anos a carreira provisória de passageiros entre Barcelos (central de camionagem)-Senhora da Hora (estação) (via A11 e A29), requereu pela empresa Rodoviária D'Entre Douro e Minho, S. A., com sede na Praça da Estação Rodoviária, 4704-510 Braga.

30 de Junho de 2006. — O Director de Serviços, *António Pereira Machado*.
3000210991

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Instituto da Segurança Social, I. P.

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Lisboa

Alvará n.º 09/2006

Para os devidos efeitos se faz saber que, ao abrigo do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 133-A/97, de 30 de Maio, é emitido o presente alvará de abertura e funcionamento do estabelecimento denominado Academia dos Miúdos, sito na Rua de Alfredo Guisado, lote 1, sobreloja, freguesia de São Domingos de Benfica, concelho de Lisboa,